

Elgin S.A.

CNPJ nº 52.556.578/0001-22 - NIRE 35.300.048.113

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Capital social	Reserva legal	Reserva de subvenção	Investimento	Reserva de Lucros	Total	Participação de não controladores	Patrimônio líquido
		2025	2024	2025	2024								
Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	4	98.639	215.836	119.646	235.189	299.600	35.349	65.317	835.799	1.236.065	2.144	1.238.209	
Contas a receber	5	504.229	227.310	872.910	607.103	-	-	-	559.577	559.577	230	559.807	
Estoques	6	486.420	301.247	1.465.204	1.373.722	-	-	-	(25.395)	-	-	-	
Tributos a recuperar	7	161.503	138.489	300.636	244.365	-	-	-	(10.000)	(10.000)	-	-	(10.000)
Despesas antecipadas		9.507	6.032	10.637	6.033	-	-	-	51.706	(51.706)	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	8	354.203	247.473	279.552	166.437	299.600	60.744	117.023	1.308.275	1.785.642	2.374	1.788.016	
Partes relacionadas	13.1	2.701.281	1.604.233	-	-	-	-	-	342.002	342.002	-	-	339.829
Não circulante									(613.703)	(613.703)	-	-	(613.703)
Ativo fiscal diferido		4.315.782	2.740.620	3.048.585	2.632.849	299.600	60.744	117.023	1.036.574	1.513.941	201	1.514.142	
Depósitos judiciais		-	-	9.303	6.339	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	9	2.261.272	1.843.560	9.642	9.679	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	10	-	-	21.161	21.161	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	11	45.816	40.006	189.523	121.449	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo		6.622.870	4.624.186	3.287.805	2.798.411								
Passivo e patrimônio líquido													
Circulante													
Fornecedores	12	828.245	726.000	530.363	662.022	-	-	-	-	-	-	-	-
Finimp	14	27	-	511.555	86.988	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	19.235	32.139	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	15	1.069.839	461.186	7.851	31.785	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas		9.117	9.216	44.753	44.199	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	16	17.348	13.192	157.824	83.435	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros débitos	17	22	18	7.569	28.253	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamento por Arrendamento		771	771	247	771	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	19.c	166.667	1.087	166.667	1.087	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	13.1	2.701.281	1.604.233	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante													
Provisões para contingências	18	7.047	8.357	17.162	18.924	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias LP	16	-	-	-	4.436	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivo fiscal diferido		14.484	14.484	16.356	16.356	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	19.c	294.081	-	294.081	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido													
Capital social	19	299.600	299.600	299.600	299.600	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		60.744	60.744	60.744	60.744	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Subvenção Investimento		117.023	117.023	117.023	117.023	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros		1.036.574	1.308.275	1.036.574	1.308.275	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		1.513.941	1.785.642	1.513.941	1.785.642								
Patrimônio líquido total		1.513.941	1.785.642	1.514.142	1.788.016								
Total do passivo e patrimônio líquido		6.622.870	4.624.186	3.287.805	2.798.411								

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: A Elgin S.A., em conjunto com suas controladas ("Companhia"), é uma sociedade por ações de capital fechado, inscrita no CNPJ nº 52.556.578/0001-22, com sede na Avenida Dante Jordão Stopa, 47, Jardim Cintia, Cep 08.820-390, na Cidade de Mogi das Cruzes - São Paulo, começou pelo segmento de máquinas de costura, diversificou sua atuação no mercado brasileiro, e hoje conta com uma enorme variedade de produtos para uso comercial e residencial nos segmentos de Ar-Condicionado, Automação Comercial, Energia Solar, Escritório, Iluminação, Mídias, Informática, Pilhas e Carregadores, Refrigeração, Segurança, Disjuntores Telefonia e Eletroportáteis. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) :** Demonstrações contábeis consolidadas: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **2.2. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas Controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Já aquelas relacionadas a diferentes aspectos das demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. Ressalta-se que políticas contábeis de transações imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis da controladora foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e resoluções emitidas pelo CFC, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária Lei nº 6.404/76 que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nos 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009 (antiga Medida Provisória nº 449 de 03/12/2008). Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações contábeis individuais. Assim sendo, as demonstrações contábeis individuais/consolidadas do Grupo estão sendo apresentadas lado a lado num único conjunto de informações. **Continuidade operacional:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. **2.3. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos (CPC) requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 3.8. **2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira: Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. Conforme dispõe o CPC 02 (R2) - efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos monetários, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos e passivos não monetários em moeda estrangeira que são mensurados pelo valor justo são convertidos à taxa de câmbio na data em que o valor justo for apurado e as diferenças resultantes na conversão serão reconhecidas em outros resultados abrangentes na data de encerramento de cada período ou exercício. **2.4. Consolidação: 2.4.1. Base para consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem a participação nas seguintes controladas:

Controlada	31/12/2025 (%)	31/12/2024 (%)
Elgin Industrial da Amazônia Ltda.	99,99	99,99
Elgin HDB Refrigeração Ltda.	100	99
Elgin Distribuidora Ltda.	100	99
Bematech Hardware Ltda.	99,99	99,99
Elgin Hong Kong	100	100
Indústria e Comércio de Evaporadores Refrio Ltda.	100	-

Elgin Industrial da Amazônia Ltda.: A Elgin Industrial da Amazônia Ltda., sociedade empresária Ltda., inscrita no CNPJ nº 14.200.166/0001-66, com sede na Avenida Ariburana, 579, Distrito Industrial, CEP 69.075-010, na Cidade de Manaus - Amazonas, começou pelo segmento de ar condicionado, diversificou sua atuação no mercado brasileiro, e hoje conta com uma enorme variedade de produtos para uso comercial e residencial nos segmentos de Automação Comercial, Escritório, Iluminação, Mídias, Informática, Pilhas e Carregadores, Segurança e Refrigeração. **Elgin HDB Refrigeração Ltda.:** A Elgin HDB Refrigeração Ltda., sociedade empresária Ltda., inscrita no CNPJ nº 60.179.488/0001-98, com sede na Rodovia Presidente Dutra, S/N - KM 134-600, Eugenio de Mello, CEP 12.247-004, na Cidade de São José dos Campos - São Paulo, produz e comercializa produtos e projetos para o setor de Refrigeração. **Elgin Distribuidora Ltda.:** A Elgin Distribuidora Ltda., sociedade empresária Ltda., inscrita no CNPJ nº 07.023.429/0001-43, com sede na Rodovia BR 101, 9245 - KM 122 4 - sala 23, Cidade Nova, CEP 88.308-62, na Cidade de Itajaí - Santa Catarina, comercializa e revende produtos como ar-condicionado, Automação Comercial, Escritório, Iluminação, Mídias, Informática, Pilhas e Carregadores, Segurança, Refrigeração e Telefonia. **Bematech Hardware Ltda.:** A Bematech Hardware Ltda., sociedade empresária Ltda., inscrita no CNPJ nº 27.101.611/0001-82, com sede na Rua Francisco Munoz Madrid, 625 - sala 01, - Setor módulo 040 Pavimento térreo, Roseira de São Sebastião, CEP 83.070-152, na Cidade de São José dos Pinhais - Paraná, comercializa e revende produtos para Automação Comercial. **Elgin Hong Kong Limited:** A Elgin Hong Kong Ltd [JRE.1], sociedade estrangeira empresária limitada Ltda., inscrita no País sob o registro no CNPJ nº 75505483-000-07-25-A, com sede Flat/RM 102 BLK A 1/F - SEA View Building, 2-8 - Watson Road - North Point - Hong Kong S/F Cammer Commercial Building, 30-32 Cameron Road, Tsim Sha Tsui, Kowloon, Honk Kong, comercializa e revende produtos. **Indústria e Comércio de Evaporadores Refrio Ltda.:** A

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Receita líquida de vendas	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
20	1.218.841	1.203.285	2.938.584	2.536.881	
(-) Custo dos produtos vendidos	21	(1.088.717)	(1.012.630)	(2.666.386)	(2.247.463)
(=) Lucro bruto		130.124	190.655	272.198	289.418
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	22	(190.817)	(144.008)	(429.734)	(426.715)
Despesas comerciais	23	(165.993)	(120.455)	(390.417)	(308.506)
Resultado de equivalência patrimonial	9	512.884	575.819	-	-
Outras receitas / (desp.) operacionais, líquidas	24	27.842	(24.764)	429.775	339.598
Receita de subvenção	25	-	-	51.706	433.800
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		314.040	528.953	315.622	566.635
Receitas financeiras		33.073	43.116	45.123	48.675
Despesas financeiras		(5.893)	(8.954)	(61.161)	(32.409)
Variáveis cambiais		782	(3.538)	42.439	(24.905)
(=) Resultado financeiro		26	27.962	30.624	(8.639)
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL		342.002	559.577	342.023	557.996
(-) IRPJ e CSLL	27	-	-	(3.770)	(4.445)
(-) IRPJ e CSLL Diferido	27	-	-	1.576	6.256
(=) Lucro líquido do exercício		342.002	559.577	339.829	559.807
Atribuível à:					
Acionistas controladores		342.002	559.577	342.002	559.577
Acionistas não controladores		-	-	(2.173)	230
Total do resultado abrangente		342.002	559.577	339.829	559.807

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Outros resultados abrangentes	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(=) Lucro líquido do exercício	342.002	559.577	339.829	559.807
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	342.002	559.577	339.829	559.807
Atribuível à:				
Acionistas controladores	342.002	559.577	342.002	559.577
Acionistas não controladores	-	-	(2.173)	230

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(+/-) Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
342.002	559.577	339.829	559.807	
Ajustes para reconciliar lucro líquido do exercício				
Resultado equivalência patrimonial	(512.884)	(575.819)	-	-
Depreciação e amortização	6.313	5.430	21.515	13.313
Resultado da baixa de imobilizado	3.313	374	13.430	2.606
Provisão para contingências	(1.310)	(1.125)	(1.762)	(3.855)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(287)	284	995	(1.676)
Provisão de perda de estoque	(2.291)	2.291	(2.291)	2.291
Provisão P&D	-	-	19.210	27.202
Desconto contas a pagar	-	-	344	-
Outros ajustes	(2.081)	-	-	-
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo	(167.225)	(8.644)	387.962	593.437
Contas a receber	(276.632)	7.817	(266.802)	(192.192)
Estoques	(182.882)	(148.514)	(89.191)	(748.019)
Despesas antecipadas	(3.475)	(4.710)	(4.604)	(4.240)
Adiantamento a Recuperar	(23.014)	1.859	(56.271)	(29.851)
Adiantamento a fornecedores	(106.730)	(30.199)	(113.115)	(79.036)
Depósito judicial	-	-	(2.657)	-
Fornecedores	102.245	(228.420)	(131.659)	455.731
Obrigações trabalhistas e tributárias	4.057	(1.859)	70.507	11.927
Outras contas a pagar	608.657	351.159	(63.828)	(71.015)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(44.999)	(61.511)	(269.658)	(63.258)
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos				
Aquisição de Imobilizado	(15.436)	(11.991)	(103.019)	(54.237)
Recebimento de dividendos	115.912	35.445	-	-
Outros investimentos	-	-	36	-
Aquisição de Investimentos	(18.660)	(24)	-	(24)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	81.816	23.430	(102.983)	(54.261)
<				

continuação

perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na Rubrica "Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)" são revertidos contra a perda constituída.

3.8.3. Provisão de P&D: A provisão de Pesquisa e Desenvolvimento da Lei de informática é obrigatório conforme o Decreto nº 10.521, de 15/10/2020. Incide 5%, sobre o faturamento líquido. Já a P&D de PPB - Processo Produtivo Básico, através da Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 31, de 06/12/2023, trata-se de uma provisão sobre o faturamento líquido dos condicionadores de ar a fim de cumprir a pontuação da portaria e manter o benefício fiscal no produto.

3.8.4. Provisão DCI e FIT: A provisão de DCI - Declaração de Custo de Importação refere-se às interações efetivadas pelo importador no mês anterior ao da apresentação da declaração, com base nas notas fiscais de saída a fim de assegurar a alocação adequada no custo. A provisão de FIT (Fundo de Promoção da Indústria) é um tributo incidente sobre as entradas de insumos importados. O pagamento desse tributo ocorre no mês subsequente, sendo que, para a adequada alocação no custo, é realizada a provisão com base no extrato correspondente ao imposto a ser pago, garantindo o lançamento correto dentro do custo.

3.9. Dividendos: De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 - Evento subsequente a ICP 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado; já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações contábeis após aprovação pelo órgão competente.

3.10. Receita operacional: **3.10.1. Venda de bens:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda e da responsabilidade sobre a entrega da mercadoria, se do comprador ou do vendedor.

3.11. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente rendas de aplicações financeiras, descontos obtidos, juros recebidos e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros passivos, descontos concedidos, tarifas bancárias e variação cambial passiva.

3.12. IRPJ e CSLL corrente e diferido: O IRPJ e a CSLL do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL limitada a 30% do lucro tributário anual. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxa de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de IRPJ e CSLL diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente, eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.13. Ajuste do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

3.14. Reforma tributária sobre o consumo: Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17/12/2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) no 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP no 68/2024 foi sancionado com veto pelo presidente da República em 16/01/2025, tornando-se a Lei Complementar no 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP no 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC no 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Zona Franca de Manaus (ZFM) - A EC nº 132 preserva o diferencial competitivo da ZFM e mantém mecanismos para resguardar sua atratividade, inclusive por meio da continuidade do IPI sobre produtos concorrentes aos fabricados na ZFM e da previsão de fundos de desenvolvimento regional vinculados à Amazônia Ocidental e ao Amapá. A LC nº 214/2025 detalha regras específicas para a ZFM e Áreas de Livre Comércio, contemplando, entre outros pontos, suspensão (com posterior conversão em isenção) de IBS e CBS nas importações realizadas por indústria incentivada para uso em processo produtivo na ZFM, alíquotas reduções/zéreas para determinadas operações destinadas à indústria incentivada, e conceitos operacionais (como "indústria incentivada", "bem intermediário" e "bem final"). Tais dispositivos buscam replicar, em caráter geral, o tratamento favorecido da ZFM no novo sistema. Os benefícios fiscais da ZFM têm vigência constitucional até 2073, conforme o art. 92-A do ADCT (EC nº 83/2014) e a remissão expressa da LC nº 214/2025 (art. 439). Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/12/2025 da Companhia.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **a) Alterações nas IAS 21/CP 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis:** A IAS 21/CP 02 (R2), antes das Alterações, não incluía requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio quando uma moeda não é conversível em outra, o que levava a divergências na prática. Uma moeda é considerada conversível quando a Empresa consegue trocar a por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a Empresa só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: **•** Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; **•** Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; **•** Requisitos adicionais de divulgação quando uma Empresa estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra; **•** Orientações de aplicação para ajudar as Empresas a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; **•** Exemplos ilustrativos; e **•** Alterações à IFRS 1/CP 37 (R1) - **Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro** - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CP 02 (R2) alterada. A Empresa adotou as alterações à IAS 21/CP 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente, entretanto, após análise interna, concluiu que tais alterações não acarretam impactos para a Empresa, por três razões principais: **•** A Empresa não opera em ambientes com restrições cambiais relevantes; **•** A Empresa não mantém operações no exterior ou estruturas societárias que dependam de conversão complexa de demonstrações contábeis; e **•** Nossos fluxos financeiros e transações em moedas estrangeiras já seguem práticas compatíveis com o tratamento previsto pela norma. Diante disso, concluímos que as revisões introduzidas no CPC 02 (R2) não alteram a contabilização, mensuração ou divulgação das operações da Empresa, não havendo impactos relevantes nas demonstrações contábeis ou em nossos procedimentos internos.

3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31/12/2025: Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber: **a) Alterações nas IFRS 7/CP 40 (R1) e IFRS 9/CP 48** - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à elasticidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026; **b) Alterações nas IFRS 7/CP 40 (R1) e IFRS 9/CP 48** - podem afetar significativamente como as Empresas contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026; **c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros:** Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026; **d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CP 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtópicos na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027; **e) Efeitos nas IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Conta corrente	4.414	17.680	21.314	32.676
Aplicação financeiras	94.225	198.156	98.332	202.513
	98.639	215.836	119.646	235.189

A Rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" é composta de caixa, saldos em conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo. De alta liquidez e baixo risco, os recursos estão aplicados majoritariamente em Títulos de Renda Fixa (CDBs - Certificados de Depósito Bancário e Fundos de Investimento de Renda Fixa) com liquidez diária. Os títulos possuem vencimentos originais inferiores a 90 dias, não havendo restrições quanto à sua utilização. As aplicações financeiras são remuneradas à taxa média de 102,0% do CDI. **Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais)**

5. Contas a receber de clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber - nacionais	500.516	226.771	860.484	584.484
Contas a receber - exterior	19	825	16.138	25.336
Contas a receber - Partes relacionadas (Nota nº 13)	4.522	829	-	-
(-) Perda estimada - PECLD	(828)	(1.115)	(3.712)	(2.717)
	504.229	227.310	872.910	607.103

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
	453.939	217.997	827.145	571.354

A vencer Vencidos

	2025	2024	2025	2024
Até 30 dias	29.700	7.062	30.997	25.678
De 31 a 60 dias	9.085	1.260	7.658	5.372
De 61 a 90 dias	4.776	421	2.920	2.052
De 91 a 180 dias	4.851	704	5.076	3.622
Acima de 181 dias	2.706	981	2.825	1.742

Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

	2025	2024	2025	2024
(828)	(1.115)	(3.712)	(2.717)	-
	504.229	227.310	872.910	607.103

A Companhia registra a Provisão para Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) após análise individualizada dos clientes. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias que não estejam em negociação. **Movimentação da Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	(1.115)	(1.399)	(2.717)	(4.392)
Adições	(1.344)	(943)	(10.959)	(3.554)
Baixas	1.631	1.227	9.964	5.229
Saldo final	(828)	(1.115)	(3.712)	(2.717)

6. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	380.057	208.716	980.117	549.097
Matérias-primas	97.272	82.308	201.597	187.285
Produtos em processo	6.049	8.625	24.592	50.807
Estoque em trânsito	2.427	290	257.323	583.517
Material de consumo	615	1.308	1.666	3.016
	486.420	301.247	1.465.204	1.373.722

A Rubrica "Estoques", registrada nos montantes de R\$ 486.420 na controladora e R\$ 1.465.204 no consolidado em 2025 (R\$ 301.247 e R\$ 1.373.722 em 2024) corresponde aos produtos utilizados na operação da Companhia.

7. Tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS	156.046	129.533	272.702	201.232
IRRRF/CSLL	5.393	7.535	24.890	24.067
IPI	31	963	1.771	3.282
Proc ICMS excl. base	-	-	593	13.446
PIS/COFINS	14	440	341	2052
Outros impostos a recuperar	19	18	339	286
	161.503	138.489	300.366	244.365

A Rubrica "Tributos a recuperar", registrada nos montantes de R\$ 161.503 na controladora e R\$ 300.366 no consolidado em 2025 (R\$ 138.489 e R\$ 244.365 em 2024), contempla créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IPI, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes de operações comerciais, investimentos financeiros e operações de Juros sobre Capital Próprio. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates de aplicações financeiras, JCP, e prestação de serviços. Os créditos de ICMS são referentes a operação comercial. **Processo exclusivo ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS:** Na empresa Elgin HDB Refrigeração Ltda., foi concedido em julgamento o direito ao crédito da exclusão ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS já transitado em julgado em 22/01/2019. Com isto foi habilitado o crédito junto à Receita Federal do Brasil (RFB), onde houve o deferimento favorável em 13/03/2020, no valor de R\$ 26.185. O registro do crédito foi realizado pela empresa em 2022.

8. Adiantamentos a fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adto a fornecedores nacional	6.234	908	8.938	6.303
Adto a fornecedores exterior	6.105	2.396	270.614	160.134
Partes relacionadas (Nota nº 13)	341.864	244.169	-	-
	354.203	247.473	279.552	166.437

A Rubrica "Adiantamento a fornecedores", registrada nos montantes de R\$ 354.203 na controladora e R\$ 279.552 no consolidado em 2025 (R\$ 247.473 e R\$ 166.437 em 2024) corresponde a adiantamentos à importações e adiantamentos entre o grupo e terceiros. **9. Investimentos:** Companhia avalia seus investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial. **9.1. Movimentação dos Investimentos:**

	Elgin Ind.		Elgin Distr.		Elgin HDB		Ágio Bema-tech		Hong Kong		Refrío Outros		Saldo
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Participação da controladora:	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	-	-	-	-	-	5.184.350
Saldo 2024	1.546.861	94.100	124.617	21.161	56.755	62	-	-	-	-	-	-	18.660
Aquisição Equivalência patrimonial	515.878	(9.212)	2.179	-	-	-	1.684	(146)	-	-	-	-	510.675
Ajuste de participação	-	950	1.259	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.209
Adto de dividendos	(115.912)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(115.912)
Estorno lucro não realizado 24	(13.239)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.239)
Adição lucro não realizado 25	15.319	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.319
Saldo 2025	1.948.907	85.838	128.055	21.161	56.755	1.746	18.806	-	-	-	-	-	5.226.272

9.2. Participação: Informações sobre os investimentos em 31/12/2025:

	Elgin Ind.		Elgin Distr.		Elgin HDB		Ágio Bema-tech		Hong Kong		Refrío Outros		Saldo
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Participação da controladora:	99,99%	99%	99%	99%	99,99%	100,00%	-	-	-	-	-	-	5.130.282
Saldo 2023	1.023.776	94.203	107.382	21.161	56.755	62	-	-	-	-	-	-	18.660
Aquisição Equivalência patrimonial	571.005	(103)	17.235	-	-	-	37	-	-	-	-	-	588.174
Adto de dividendos	(35.565)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.565)
Estorno lucro não realizado 23	168	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	168
Adição lucro não realizado 24	(12.523)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.523)
Saldo 2024	1.546.861	94.100	124.617	21.161	56.755	62	-	-	-	-	-	-	5.184.350

Empresa

	Elgin Ind.	Elgin Distr.	Elgin HDB	Bematech	Elgin HK	REFRIO
Participação da controladora:	99,99%	100%	100%	99,99%	100%	100%
Total do ativo	5.564.035	539.822	164.783	56.761	1.852	30.305
Capital Social	211.560	3.900	87.666	180.612	7	17.500
Patrimônio Líquido	1.961.289	85.838	129.055	56.761	1.832	18.806
Lucro (Prejuízo) do exercício	515.930	(9.212)	2.179	-	1.684	146

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para impairment, quando aplicável. **10. Intangível:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ágio por expectativa de realização	-	-	21.161	21.161
	-	-	21.161	21.161

Composição do ágio por expectativa de realização de rentabilidade

Elgin S.A. Financial statements table with columns for Controladora and Consolidado for years 2025 and 2024. Includes sections for FINIMP, Vencimentos, Adiantamentos de clientes, Obrigações tributárias, Custos dos produtos vendidos, Despesas gerais e administrativas, Despesas financeiras, and Variação cambial.

Rafael Feder - Diretor

Leandro Medeiros do Nascimento - Contador - CRC SP-265620/0-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da Elgin S.A., Mogi das Cruzes - SP. Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Elgin S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025, as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nosso opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elgin S.A. em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações individuais e consolidadas: Imposto sobre Produtos Industrializados: A Elgin Distribuidora Ltda. entrou em juízo quanto ao direito do não recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), vide Nota Explicativa nº 18.1, quando da revenda dos bens importados, obtendo o transitado em julgado favorável em 2015. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou constitucional a incidência do imposto e em 08/02/2023 determinou a perda dos efeitos dos trânsitos em julgados sobre os tributos continuados. No ano de 2023 a Companhia recebeu auto de infração, relacionado a este assunto, no montante de R\$ 51.590 mil discriminados da seguinte forma: IPI R\$ 14.331 mil; Juros de mora R\$ 3.309 mil; Multa de ofício R\$ 10.748 mil e Multa isolada R\$ 23.202 mil. A Administração da Companhia não registrou uma provisão sobre este valor, consequentemente, o passivo não circulante está registrado a menor no montante atualizado de R\$ 65.160 mil (R\$ 46.214 mil em 2024), bem como o patrimônio líquido está registrado a maior nesse montantes nas demonstrações contábeis consolidadas, e o investimento a maior em R\$ 65.160 mil na controladora em 31/12/2025. Receita de subvenção: A Elgin Industrial Ltda., registrou "Receita de subvenção", no resultado do exercício, no montante de R\$ 433.800 mil, referente à subvenção para investimento da base de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação). Ocorre que o montante supracitado é de competência de anos anteriores e, portanto, um evento que deveria ser registrado de forma retrospectiva e as demonstrações financeiras dos períodos anteriores reapresentadas, conforme determinado pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro. Com isso, a Companhia deixou de apurar e provisionar o IRPJ e CSLL, no ano corrente, por excluir a receita de subvenção do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), no valor supracitado. Diante do exposto, as demonstrações consolidadas estão com o resultado do exercício maior no respectivo montante, assim como a Rubrica "Equivalência patrimonial" no resultado do exercício das demonstrações contábeis da controladora. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião com ressalvas. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São José dos Campos, 31/03/2026. BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., CRC 2 SP 013864/0-1. Vinicius Claudino da Silva, Contador, CRC 1 SP-320767/0-7.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

